

Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP



Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP

CNPJ Nº 01.377.555/0001-10
S/A - Capital Fechado

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo. Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

1. Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2012 e as respectivas demonstrações do Resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** - A Administração da empresa COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de

exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da ENTIDADE. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA HIDROELÉTRICA

SÃO PATRÍCIO - CHESP em 31 de dezembro de 2011 e 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

5. Outros assuntos
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
 Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelos IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 15 de abril de 2013.

ANTONIO CÉSAR DA SILVA
 CONTADOR
 CRCRS Nº 4.3890.0-9
 CNAI Nº 1076

PEGASUS - AUDITORES ASSOCIADORES S/S
 CGC/MF 06.951.205/0001-39
 REGISTRO CVM AD 8.135
 CRC/RS Nº 4.305

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES E SENHORAS ACIONISTAS,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito em nossa Companhia durante o exercício.

Mercado Consumidor de Energia Elétrica:

No ano de 2012, o fornecimento de energia elétrica da CHESP foi de 101.545 MWh contra 93.596 MWh no ano anterior, representando um crescimento de 8,5%.

Índices Técnicos da CHESP:

O índice de perdas foi de 10,27%. O sistema de distribuição apresentou um desempenho razoável, com o índice de Duração Equivalente por Consumidor - DEC ficando em 16,50 horas e o índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor - FEC em 31,46 vezes.

Investimentos:

O montante de investimentos no exercício foi de R\$ 5,83 milhões, com destaque para a aquisição da Subestação Rialma I - 69/34,5 kV da CELG, cujo investimento foi de R\$ 2,8 milhões.

Certificação:

Em 2012, a CHESP manteve a certificação dos processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica e de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, conforme a norma da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9001: 2008.

Eventos:

A CHESP apoiou por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, os Projetos: "FERIAL - Festival Rialmense da Canção" direcionado ao fortalecimento da música regional, "ELY CAMARGO - ÁGUA DA FONTE" que relatará a trajetória artística, cultural e subjetiva da cantora e folclorista goiana Ely Camargo e do Projeto DESTIMAÇÃO, um curta em animação que propõe uma reflexão sobre as ações humanas.

Agradecimentos:

Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, Governo Federal, Estadual e Municipais, fornecedores, prestadores de serviço, credores e, em especial aos nossos empregados, pela dedicação.

BALANÇO SOCIAL:

1 - BASE DE CÁLCULO

1.1 - Receita Líquida (RL)
 1.2 - Resultado Operacional (RO)
 1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)

2012			2011		
Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL	Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL
32.236	10,81%	1,89%	25.904	10,71%	2,24%
6.672	0,80%	0,14%	3.689	1,44%	0,30%
5.624	0,16%	0,03%	5.408	0,65%	0,14%

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

2.1 - Alimentação
 2.2 - Saúde
 2.3 - Educação
 2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros
 2.5 - Gratificação de Férias
 2.6 - Outros Benefícios

2012			2011		
Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL	Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL
608	10,81%	1,89%	579	10,71%	2,24%
45	0,80%	0,14%	78	1,44%	0,30%
9	0,16%	0,03%	35	0,65%	0,14%
81	1,44%	0,25%	55	1,04%	0,22%
102	1,81%	0,32%	98	1,81%	0,38%
34	0,60%	0,11%	41	0,76%	0,16%
879	15,63%	2,73%	887	16,40%	3,42%

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

3.1 - Tributos

% sobre RO			% sobre RO		
17.244	258,45%	53,49%	14.501	393,09%	55,98%
17.244	258,45%	53,49%	14.501	393,09%	55,98%

4 - INVESTIMENTO SOCIAIS

4.1 - PROGRAMA LUZ PARA TODOS
 Investimentos da União/Estado
 Investimentos da Concessionária

	2012	2011
	682	546
	580	382
	102	164

5 - CORPO FUNCIONAL

5.1 - Nº Empregados ao Final do exercício

5.2 - Escolaridade dos empregados:

Superior com extensão universitária
 Ensino Médio
 Ensino Fundamental
 Outros

5.3 - Faixa etária dos empregados:

Abaixo de 30 anos
 de 30 até 45 anos
 acima de 45 anos

5.4 - Nº Admissões durante o exercício

5.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa

% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total mulheres)

% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total gerentes)

5.6 - Nº de negros que trabalham na empresa

% Cargos gerenciais ocupados por negros (total negros)

% Cargos gerenciais ocupados por negros (total gerentes)

5.7 - Aposentadoria

5.8 - Portadores de deficiência física

5.9 - Dependentes dos empregados

5.10 - Estagiários

5.11 - Relação entre a maior e menor remuneração

Maior Remuneração

Menor Remuneração

5.12 - Acidente de Trabalho sem afastamento

5.13 - Acidente de Trabalho com afastamento

	2012	2011
	125	129
	33	31
	76	77
	6	11
	10	10
	20	26
	74	68
	31	35
	9	13
	19	19
	15,8	15,8
	15,0	15,0
	55	61
	16,4	16,4
	45,0	50,0
	1	2
	3	3
	274	273
	1	1
	12,8	11,1
	8,44	8,01
	0,66	0,72
	1	1
	2	0

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:

A participação nos lucros ou resultados contempla:

Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

Agradecimentos:
 Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, Governo Federal, Estadual e Municipais, fornecedores, prestadores de serviço, credores e, em especial aos nossos empregados, pela dedicação.
 Ceres, 31 de dezembro de 2012

Ricardo de Pina Martin
 Diretor Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em milhares de Reais)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Legislação Societária 2012	Societária 2011		Legislação Societária 2012	Societária 2011
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	924	1.650	Fornecedores (Nota 16)	2.396	1.596
Consumidores (Nota 6)	8.834	6.990	Salários a pagar	303	245
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(131)	(105)	Encargos de dívidas	32	34
Convênio Reluz e Baixa Renda (Nota 7)	147	174	Impostos e contribuições sociais (Nota 17)	2.490	2.894
Indenização Ativos de Geração (Nota 8)	6.853	0	Lucros a distribuir	1.419	1.073
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 9)	367	570	Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	3.564	2.452
Parcelamento com Órgãos Públicos (Nota 11)	130	151	Concessionárias de energia elétrica (Nota 19)	1.165	0
Serviços em curso (Nota 12)	296	489	Obrigações estimadas	458	354
Outros créditos (Nota 13)	907	461	Encargos do consumidor a recolher (Nota 20)	966	1.072
Estoques	304	213	Empréstimo com coligadas	0	935
Despesas pagas antecipadamente (Nota 14)	84	71	Outras obrigações	800	653
Total do ativo circulante	18.745	10.664	Total do passivo circulante	13.593	11.058
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 9)	353	436	Fornecedores (Nota 16)	289	365
Convênio Reluz	0	12	Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	4.504	4.868
Adiantamento incentivos fiscais	137	135	Concessionárias de energia elétrica (Nota 19)	1.631	0
Outros Créditos	73	123	Incentivos fiscais (Nota 21)	1.301	1.796
Aplicação financeira vinculada a empréstimo bancário	444	654	Empréstimo com coligadas	218	1.406
Ativo financeiro indenizável (Concessão)	19.500	19.202	Credores diversos	11	11
Intangível (Nota 10)	9.844	11.987	Total do passivo não circulante	7.954	8.446
Total do ativo não circulante	30.351	32.559	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
TOTAL DO ATIVO	49.096	43.223	Capital social (Nota 23)	7.785	7.785
			Reservas de capital (Nota 23)	7.148	6.901
			Reservas de lucros (Nota 23)	12.630	9.047
			Ações em tesouraria	(14)	(14)
			Total do patrimônio líquido	27.549	23.719
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.096	43.223

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em milhares de Reais)

	Legislação Societária 2012	Societária 2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Fornecimento de Energia Elétrica (Nota 28)	48.707	39.848
Outras Receitas	1.723	2.171
Total	50.430	42.019
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(13.445)	(11.364)
PIS	(327)	(276)
COFINS	(1.510)	(1.271)
ISS	(6)	(5)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(433)	(501)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(1.106)	(1.384)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(957)	(931)
Pesquisa Desenvolvimento e Eficiência Energética	(410)	(383)
Total	(18.194)	(16.115)
Receita Operacional Líquida	32.236	25.904
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Custo com Energia Elétrica		
Energia Elétrica comprada para Revenda (Nota 30)	(12.752)	(8.593)
Custo de Operação		
Pessoal e Administradores	(6.622)	(6.517)
Materiais	(642)	(640)
Serviço de Terceiros	(2.175)	(2.262)
Depreciação e Amortização	(1.516)	(1.419)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(26)	(34)
Outras Despesas	(665)	(229)
Total	(11.646)	(11.101)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros (Nota 33)	(498)	(657)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	7.340	5.553
Despesas Operacionais (Nota 34)		
Despesas com Vendas	(7)	(64)
Despesas Gerais e Administrativas	(20)	(15)
Total	(27)	(79)
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	842	(111)
RESULTADO DO SERVIÇO	8.155	5.363
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA (Nota 36)		
Receita Financeira	864	817
Despesa Financeira	(2.347)	(2.491)
Total	(1.483)	(1.674)
RESULTADO OPERACIONAL	6.672	3.689
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	6.672	3.689
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(635)	(520)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	6.037	3.169
IMPOSTO DE RENDA	(1.242)	(1.000)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	4.795	2.169
DEDUÇÕES AO LUCRO DO EXERCÍCIO:		
Participações (Nota 26)	(427)	(89)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.368	2.080
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	R\$ 1.4364	R\$ 0.6840

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em milhares de Reais)

	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	49.536	41.662
Recebimento Uso Mútuo Postes	275	289
Outros Ingressos	1.193	793
Pagamentos a Fornecedores	(2.865)	(3.784)
Pagamentos a Pessoal	(7.094)	(6.141)
Pagamentos Energia Elétrica Comprada	(11.569)	(8.426)
Pagamentos Outras Despesas	(1.051)	(736)
Caixa Gerado pelas operações	28.425	23.657
J		

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (Valores em milhares de reais)**

Legislação Societária

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	REMUNERAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	ACÇÕES EM TESOURARIA	AGIO NA SUBSCRIÇÃO DE ACÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA INVESTIMENTOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO 2010	7.785	1.888	(14)	1.787	2.155	853	7.487	0	21.941
- Ajuste de Períodos Anteriores	-	515	-	-	-	-	(206)	0	(206)
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	0	515
- Realização Reserva p/Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.080	2.080
- Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(611)	(611)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	81	-	(81)	-
- Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	(832)	-
- Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	556	-	832	(556)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2011	7.785	2.403	(14)	1.787	2.711	934	8.114	0	23.719
- Ajuste procedimentos contábeis	-	(375)	-	-	-	-	-	700	325
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	94	-	-	-	-	-	-	94
- Realização Reserva p/Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.368	4.368
- Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(958)	(958)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	192	-	(192)	-
- Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	3.390	(3.390)	-
- Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	528	-	-	(528)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2012	7.785	2.122	(14)	1.787	3.239	1.126	11.504	0	27.549

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2012 e 31.12.2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma Sociedade Anônima, de capital fechado, titular de Concessão Federal para Geração de Energia Elétrica destinada a Serviço Público (PCH São Patrício) e de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os municípios de Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, Uruana, São Patrício e parte do município de Jaraguá, todos no Estado de Goiás. As atividades do Setor Elétrico são regulamentadas pelo Ministério de Minas e Energia - MME por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Com base no Decreto 1.717/95 e na Lei 9.074/95 o Ministro de Minas e Energia assinou a Portaria nº 529 de 1 de dezembro de 1998, renovando esta concessão por um período de vinte anos.

NOTA 2 - DAS CONCESSÕES

A Concessionária detém junto ao MME, as seguintes concessões:

a) Geração: Contrato 043/1999

Usina Hidroelétrica	Rio	Potência Instalada	Nº de Unidades Geradoras	Concessão	Término Final da Concessão
Cachoeira do Lavrinha (São Patrício)	Rio das Almas	3.010	4	Decreto nº 85.814 de 16/03/1981	17/03/2041

Concessão de Geração: prorrogada por 30 anos de acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 43/1999/ANEEL de 04/12/2012.
b) Distribuição: Contrato 044/99
Concessão, válida até 07 de Julho de 2015, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, atendendo atualmente a 32,2 mil consumidores, sendo 28,0 mil urbanos e 4,2 mil rurais. Atualmente a Companhia não atende consumidor livre.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável às Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 4. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 155-SFF/ANEEL, de 23/01/2013. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 12/04/2012.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

Inclui o fornecimento de energia faturada e não faturada até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 5).

d) Estoques

Representado pelo saldo de materiais destinados a manutenção classificados no ativo circulante, e de materiais destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado; registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos a prêmio de seguros, licenciamento de veículos e adiantamento a fornecedores.

f) Imobilizado

Inclui os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade. Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo, quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Os ativos imobilizados foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e estão deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme definição do órgão regulador.

g) Redução do valor recuperável

Os ativos imobilizados, intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

h) Empréstimos e Financiamentos

Estão representados pelo valor principal da dívida, acrescido de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

i) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da geração própria de energia elétrica é registrada com base na tarifa de energia elétrica comprada pra venda. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento.

j) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

k) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Aplicações no mercado aberto	389	968
Contas bancárias à vista	368	521
Numerário em trânsito e caixa	167	131
Total	924	1.650

Contas bancárias à vista e Numerário em trânsito e caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no mercado aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 6 - CONSUMIDORES

Fornecimento	2012	2011
Faturado	6.349	4.471
Não Faturado	2.251	1.975
Efeitos Regime Especial de Tarifação	(10)	(24)
Componentes Financeiros Diferidos	37	393
Outros Créditos	207	175
Total	8.834	6.990

Consumidor - Classe	Saldo a Vencer		Saldo Vencidos até 90 dias	Saldo Vencidos há mais 90 dias	Total	
	Faturado	Não Faturado			2012	2011
Residencial	344	890	761	68	2.063	1.771
Residencial Baixa Renda	41	64	73	3	171	138
Industrial	378	254	83	40	755	503
Comércio, Serviços e Outras Atividades	225	531	332	371	1.459	1.206
Rural	82	181	352	93	708	429
Poder Público	201	133	198	346	878	860
- Federal	46	29	16	-	91	45
- Estadual	34	29	65	69	197	254
- Municipal	121	75	117	277	580	561
Iluminação Pública	176	102	281	1.838	2.397	1.440
Serviço Público	63	96	-	-	159	117
Serviço Taxado/Diversos	35	-	113	59	207	156
Componentes Financeiros Diferidos	-	-	25	12	37	393
Ajuste recebimentos/parcelamentos a baixar	-	-	-	-	-	(23)
Total	1.535	2.251	2.218	2.830	8.834	6.990

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Descrição	2012	2011
Residencial	15	12
Industrial	17	14
Comércio, Serviços e Outras atividades	40	32
Rural	12	17
Poder Público	38	22
Diversos Créditos	9	8
Total	131	105

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:
- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.
A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 7 - CONVÊNIO RELUZ E BAIXA RENDA

	2012	2011
Termo de Convênio Reluz firmado CHESP/Prefeituras/Eletróbrás	35	43
Diferença Mensal de Receita Baixa Renda	112	131
Total	147	174

NOTA 8 - INDENIZAÇÃO ATIVOS DE GERAÇÃO

A Companhia optou pela prorrogação nos termos da legislação, assinou termo aditivo prorrogando o contrato de geração nº 043/1999 por 30 anos conforme prevê a Lei nº 12.783/2013. Assim os impactos contábeis resultante da diferença entre o valor da indenização dos ativos constantes do Anexo I da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF de 01/11/12, alterado através do Anexo I da Portaria Interministerial nº 602/MME/MF de 29/11/12 e os valores desses ativos registrados na contabilidade são os seguintes:

	2012	2011
Ativos de geração em serviço	13.164	13.164
(-) Depreciação de ativos de geração	(7.414)	(7.414)
Líquido ativos de geração	5.750	5.750
Indenização ativos de geração constantes Anexo I Portaria Interministerial nº 602/MME/MF de 29/11/12	6.663	6.663
Ganho apurado pela diferença positiva	913	913
Atualização ativos de geração - IPCA agosto a dezembro/12	200	200
Saldo atualizado indenização ativos de geração	6.863	6.863

NOTA 9 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2012		2011	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
ICMS s/Compras para Ativo Fixo a recuperar em até 48 parcelas	366	353	502	436
Incentivos fiscais	20	-	16	-
Outros	1	-	52	-
Total	387	353	570	436

NOTA 10 - ATIVO FINANCEIRO E ATIVO INTANGÍVEL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final de concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido, e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Ativo Financeiro	19.500	19.202
Ativo Intangível	9.844	11.987
Total	29.344	31.189

Ativos Intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (Contratos de Concessão) e OCPC 05 (Contratos de Concessão), os Contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

NOTA 11 - PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

	2012		2011	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Verde	75	-	75	-
Prefeitura Municipal de Uruana	55	-	76	-
Total	130	-	151	-

Prefeitura de Carmo Rio Verde - Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 1.015/05 de 16 de Junho de 2005, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referentes ao período de Junho de 2000 a Dezembro de 2004.

Prefeitura de Uruana - Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 996/2006 de 10 de maio de 2006, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica (R\$ 151) referentes ao período de Abril à Junho de 2004 e Termo de Convênio Reluz (R\$ 90)

NOTA 12 - SERVIÇOS EM CURSO

	2012	2011
- Serviço Próprio	259	259
ODS Serviço Próprio	28	28
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	217	217
ODS - Outros	14	14
ODS - Serviço Terceiros	30	30
Alienação/Desativação em Curso	7	7
Total	296	296

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas ODS.

NOTA 13 - OUTROS CRÉDITOS

	2012	2011
Título de Capitalização/Cheque em cobrança especial	27	25
Adiantamento a Empregados	40	72
Energia Elétrica (Reserva)/Agentes Arrecadores/Termo confissão dívida	236	124
Prefeituras Municipais	96	95
Fatura Aluguel de Postes	12	51
Custo Implementação Resolução 367/2009 - Controle Patrimonial	468	-
Credito de Serviços Prestados a Terceiros	2	88
Outros	25	6
Total	907	461

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, Estado, Municípios e consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a Investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão. Estes valores estão apresentados em conta redutora do saldo do ativo imobilizado na distribuição.

Obrigações especiais	2012	2011
Participação da União	102	102
Participação do Estado	712	712
Participação dos Municípios	257	257
Participação do Consumidor	7.116	6.509
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.323	3.237
(-) Participações e Doações - Reintegração Acumulada	(1.719)	(1.038)
TOTAL	9.791	9.779

Principais adições em obrigações especiais em 2012:
 - obras de distribuição com participação do consumidor (loteamentos).....441
 - outras obras de distribuição com participação do consumidor.....166
 - Recursos CDE recebidos no programa LPT.....86
TOTAL.....693
 De acordo com o Ofício Circular nº 1.314, de 27 de junho de 2007, e após o resultado provisório da 2ª revisão tarifária periódica, a partir de outubro de 2008 a Companhia passou a reconhecer as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006.

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de Junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

NOTA 16 - FORNECEDORES

Fornecedores	2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Fornecedor de energia elétrica	1.659	884	-	-
Materiais e serviços	737	289	712	365
Total	2.396	289	1.596	365

NOTA 17 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Impostos/Contribuições	2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
ICMS	1.584	2.108	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	574	507	-	-
INSS	108	96	-	-
PIS/COFINS	165	133	-	-
Outros	59	50	-	-
Total	2.490	2.894	-	-

NOTA 18 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDORES	Moeda Nacional	2012				2011						
		Juros de assim		Encargos de dívidas		Principal		Encargos de dívidas		Principal		
		%	de assim	Circulante	Longo Prazo	%	de assim	Circulante	Longo Prazo	%	de assim	Circulante
Banco Brasil-Contr.20010040	12,00aa	1	94	-	2	282	94	-	-	-	-	-
Eletrobrás-Contr.ECF50043/2004	5,0 aa	-	78	216	-	78	216	-	-	-	-	-
Eletrobrás-Contr.ECF5152/2006	5,0 aa	-	37	178	-	37	216	-	-	-	-	-
Eletrobrás-Contr.ECF5205/2007	5,0 aa	-	46	305	-	46	351	-	-	-	-	-
Eletrobrás-Contr.ECF2596/2006	5,0 aa	-	16	21	-	16	37	-	-	-	-	-
Eletrobrás-Contr.ECF262/2009	5,0 aa	-	33	252	-	32	285	-	-	-	-	-
Eletrobrás-Contr.ECF0321/2011	5,0aa	-	-	133	-	-	80	-	-	-	-	-
Bradesco-FINAME-Contr.6890113	10,0aa	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-
CEF/BNDES Contr.2536840909	5,0 aa	14	1.137	1.706	19	1.137	2.843	-	-	-	-	-
CEF - Contr. 714-000001-82	5,5 aa	-	30	455	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Brasil-Contr. BNDES	10,0aa	-	101	78	-	-	-	-	-	-	-	-
Bradesco Leasing - Contr.1249825	1,70am	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-
Bradesco Leasing - Contr.1269238	1,38am	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-
CDC-Bradesco Financ.Veículo Contr.003216770	17,15aa	-	42	36	-	-	-	-	-	-	-	-
CDC-Bradesco Financ.Veículo Contr.003218368	16,90aa	-	55	46	-	-	-	-	-	-	-	-
CDC-Bradesco Financ.Veículo Contr.003228375	16,90aa	-	49	49	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaú-GiroPré Contr.54412914-1	1,7am	3	229	-	6	250	229	-	-	-	-	-
Itaú-GiroPréContr.75800541-7	1,1am	7	667	1.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaú-GiroPréContr.58524652-7	1,1am	5	600	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BB - Giro 045.805697	1,7am	2	350	29	3	350	175	-	-	-	-	-
BB Nota Cred.Ind 040/01814-8	10,0aa	-	-	-	-	42	-	-	-	-	-	-
Bradesco CCB Giro-004821067	23,14aa	-	-	-	4	167	264	-	-	-	-	-
Total		32	3.564	4.504	34	2.452	4.888					

A dívida a longo prazo tem a sua curva de amortização assim distribuída:

Valor da amortização anual	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
INDEXADOR	2.364	1.259	310	221	120	230	4.504
%		TJLP 36,4	RGR 16,3	Outros 47,3	T O T A L		100

Contrato	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	RS Mil
Banco Brasil-2001040-FCO	Ampliação PCH São Patrício	12,0%aa	TJLP	11/2004 a 04/2013	94
Eletrobrás ECF5-0043/04	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	09/2006 a 09/2016	294
Eletrobrás ECF5-152/2006	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	10/2008 a 09/2018	215
Eletrobrás ECF5-205/2007	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	07/2010 a 03/2020	351
Eletrobrás-Contr.ECF2596/2006	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	04/2010 a 03/2015	37
Eletrobrás-Contr.ECF262/2009	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	06/2011 a 09/2021	285
Eletrobrás ECF5-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	01/2014 a 12/2023	133
CEF/BNDES Contr.2536840909	Expansão Sistema CHESP	5,0%aa	TJLP	07/2010 a 06/2015	2.843

Mutações de Empréstimos e Financiamentos

	C.Prazo	L.Prazo
Saldo em 31/12/2010	2.323	6.231
Ingressos	444	810
Amortização	(2.427)	-
Transferências	2.112	(2.173)
Saldo em 31/12/2011	2.452	4.868
Ingressos	1.856	2.474
Amortização	(3.626)	(174)
Transferências	2.882	(2.664)
Saldo em 31/12/2012	3.564	4.504

NOTA 19 - CONCESSIONARIAS DE ENERGIA ELÉTRICA
 Refere-se à incorporação na base de remuneração da CHESP a Subestação Rialma (69/34,5kV), conforme Despacho ANEEL/SFF nº 2.578, de 16 de agosto de 2012, que anuiu com a desvinculação e alienação pela CELG-D à CHESP.

Credora	C.Prazo	L.Prazo
CELG Distribuição S/A - CELG "D"	1.165	1.631

NOTA 20 - ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

Encargos	2012	2011
Quota para RGR	36	257
Quota para CCC	61	102
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	84	75
Contribuição para Iluminação Pública - CIP	65	72
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - a aplicar	720	566
Total	966	1.072

NOTA 21 - INCENTIVOS FISCAIS
 São Incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás através da Lei nº 13.591 de 18 de Janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de Julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

	2012	2011
Incentivos aprovados a maior de Ago a Nov/06 conforme Notificação SEF/AG/GO	-	518
Incentivos apurados no período de Out/09 a Set/10	-	587
Incentivos apurados no período de Out/10 a Set/11	602	602
Incentivos apurados no período de Out/11 a Dez/11	653	89
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	46	-
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	1.301	1.796

A companhia recolheu a título de antecipação do Projeto Produzir 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual, que corresponde a R\$ 61 em 2012 e R\$ 62 em 2011.

De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 22 - PARTES RELACIONADAS

Serviços de Manutenção e Conservação no Sistema Elétrico	2012		2011	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações - ODI	88	653	20	638
Linhas de Distribuição Rural "Programa Luz para Todos"	54	-	-	-
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações - ODI's - Diversas	83	-	2	-
Serviços prestados em Ordens de Desativações - ODI's - Diversas	12	-	1	-
Serviços prestados em Ordens de Serviço - ODS's Diversas	13	53	1	57
Serviços prestados em Ordens de Estudos - ODE-021-2509/2004	-	-	2	-
TOTAL	250	706	26	695

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda. - ENGESP, por serviços prestados por essa empresa à Companhia, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, assim registrados.

No Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2012.

No Resultado: refere-se a valores pagos ou a pagar a título de serviços de manutenção/conservação e ordens de serviços.

NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	2012		2011	
	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$
Ações ordinárias	3.035.335	2,56	3.035.335	2,56
Ações ordinárias em tesouraria	5.647	2,56	5.647	2,56
Total	3.040.982	7.785	3.040.982	7.785

Em 31 de dezembro de 2012 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) era de R\$ 9,06 (2011 - R\$ 7,80).

Reservas de Capital	2012	2011
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	2.122	2.403
Reserva de Incentivos Fiscais	3.105	2.577
Outras reservas de capital	134	134
Total	7.148	6.901

Reservas de Lucros	2012	2011
Reserva legal	1.126	934
Reserva para investimentos	11.504	8.113
Total	12.630	9.047

A Reserva legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.

A Administração da Companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ 832 da conta de Lucros Acumulados para a conta de Reserva para Investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios.

NOTA 24 - DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	4.368	2.080
(-) Líquido de Incentivos Fiscais	(528)	(556)
(-) Constituição de reserva legal	(192)	(81)
Lucro líquido ajustado	3.648	1.443
Dividendos propostos	968	199
(-) Dividendos antecipados	(807)	(611)

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A companhia optou pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro presumido para o ano de 2012. Dessa forma aplicou sobre o montante de suas receitas os percentuais estabelecidos pela legislação tributária para determinação da base de cálculo desses impostos. Sobre esta base, aplicou a alíquota de 15%, mais adicional de 10%, para Imposto de Renda, e 9% para Contribuição Social.

NOTA 26 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A companhia reconheceu no resultado do exercício o montante de R\$ 427 (2011 - R\$ 89), a título de participação de diretores e empregados.

NOTA 27 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE

RECEITA OPERACIONAL	PRODUÇÃO		DISTRIB/COMERC		TOTAL	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Fornecimento de Energia Elétrica	1.719	1.684	46.988	38.164	48.707	39.848
Outras Receitas	-	-	1.723	2.171	1.723	2.171
Total	1.719	1.684	48.711	40.335	50.430	42.019
(-) Dedução à Receita Operacional						
ICMS	-	-	(13.445)	(11.364)	(13.445)	(11.364)
PIS	(11)	(11)	(316)	(265)	(327)	(276)
COFINS	(52)	(51)	(1.458)	(1.220)	(1.510)	(1.271)
ISS	-	-	(6)	(5)	(6)	(5)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(99)	(126)	(334)	(375)	(433)	(501)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.106)	(1.384)	(1.106)	(1.384)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(957)	(931)	(957)	(931)
Pesquisa Desenvolv. e Eficiência Energética	-	-	(410)	(383)	(410)	(383)
Total	(162)	(188)	(18.032)	(15.927)	(18.194)	(16.115)
Resultado Operacional	1.557	1.496	30.679	24.408	32.236	25.904
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA						
Custo com Energia Elétrica	-	-	(12.752)	(8.593)	(12.752)	(8.593)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(12.752)	(8.593)	(12.752)	(8.593)
CUSTO DE OPERAÇÃO		</				